Mata Atlântica: parte da biodiversidade nacional, que tem cerca de 1,8 milhão de espécies

LADO OPOSTO

Entidades de pesquisa pressionam governo a retomar discussão para mudar lei

Entidades de pesquisa e empresas nacionais que fazem o uso do patrimônio genético no Brasil pressionam o governo em torno de uma reforma da lei que regula o acesso a biodiversidade do país. É quase consenso entre os profissionais que trabalham neste setor que a atualização da lei, consolidada por meio de Medida Provisória (MP), em 2001, seja alterada.

Uma das críticas é que o marco legal tem uma série de entraves que atrapalham o desenvolvimento da pesquisa em biotecnologia. O motivo de tal falha se encontra na própria história da lei. Trata-se de uma MP editada às pressas em 2001 para resolver um acordo de 1997, que dava ao laboratório Novartis direito ao patrimônio genético da Amazônia. A instauração às pressas da MP para evitar que uma empresa estrangeira tivesse exclusividade sobre os recursos da floresta brasileira, deixou buracos legais que prejudicam o julgamento de processos hoje. Em geral, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) demora 18 meses para autorizar pesquisa com um espécie nacional. "Em dois anos, foram dadas apenas três autorizações", afirma Rodolfo Guttilla, diretor de relações governamentais da Natura. Ele lembra estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que afirma que, neste ritmo, o Brasil demoraria 72 mil anos para conhecer todo o seu patrimônio genético, com cerca de 1,8 milhão de espécies.

Segundo o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Braulio Dias, o governo retomou as discussões para reformar a lei. O problema será achar consenso entre o Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente. Houve uma tentativa de reforma em 2007, mas cada órgão enviou isoladamente uma proposta de revisão. Ambas foram devolvidas pela Casa Civil. De um lado, a agricultura quer ter gerência independente sobre as autorizações de pesquisa na área de alimentos, o que não agrada ao MMA. Além disso, outros envolvidos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e o do Desenvolvimento da Indústria e Comércio reivindicam novos critérios. Eles querem que o acesso seja visto como instrumento de política industrial e não apenas de conservação da biodiversidade. "Trata-se de discussão longa, que recomeça agora", afirma Dias. **R.B.N.**

Desburocratização

Decreto do CGen credencia CNPq para expedir licenças

Disposto a desburocratizar as exigências para o acesso a recursos genéticos do país, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) acaba de credenciar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como órgão responsável também por expedir autorização para acesso a organismos da biodiversidade para fins de desenvolvimento de produto, o que até aqui era privilégio do Cgen. O CNPq começará a expedir as licenças dentro de um prazo previsto de três meses.

Caso Natura

A iniciativa do CGen se dá para tornar mais ágil o processo de liberação de licenças, problemas que colocou empresas como a Natura na ilegalidade. A companhia fez o registro das pesquisas que pretendia fazer, mas não esperou o demorado julgamento do órgão para iniciar os trabalhos. No ano passado, a empresa foi multada em R$ 21 milhões, uma pena considerada branda segundo o Ibama e que ainda passa por julgamento. Junto com a Natura outras empresas foram multadas, o que somou infrações na ordem de R$ 120 milhões. A Natura não faz parte das investigações da segunda fase da investigação Novos Rumos.

VitaDerm
HIPOALERGÊNICA
vitaderm.com
Um conceito de Beleza Sustentável
11 2187 7538
TRATAMENTO PROFISSIONAL DE VERDADE